

# Liberação de verba ultrapassa R\$ 78 milhões

*Entre os mais favorecidos, Bahia e Rio foram Estados cujos deputados ajudaram a barrar CPI*

CHICO ARAÚJO  
e LILIANA LAVORATTI

**B**RASÍLIA - Um dia após conseguir impedir a instalação da CPI da Corrupção, com a retirada de 20 assinaturas de deputados, o governo continuou liberando recursos de programas sociais para atender a emendas dos parlamentares no Orçamento da União destinadas a obras de interesse de suas bases eleitorais. Até as 18h30 de ontem, o total

de verbas liberadas somava R\$ 18,4 milhões. Esses recursos estão concentrados na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e gerenciados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Com essas liberações, já ultrapassou R\$ 78,5 milhões o custo parcial do acerto final da operação para impedir que a oposição instalasse a CPI da Corrupção. O valor já é superior ao montante (R\$ 67,5 milhões) liquidado durante todo este ano pela CEF. Esse total inclui R\$ 9,9 milhões que saíram do orçamento do Ministério da Integração Nacional esta semana.

Os Estados mais beneficiados foram a Bahia (R\$ 6,8 milhões), Roraima (R\$ 6,1 milhões), San-

ta Catarina (R\$ 3,9 milhões), Piauí (R\$ 3,8 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 3,6 milhões). Foi exatamente na Bahia e no Rio onde o governo conseguiu o maior número de desistências de parlamentares que haviam assinado o pedido de instalação da CPI.

O levantamento das liberações para atender aos políticos foi feito pelos deputados João Paulo (PT-SP) e Agnelo Queiroz (PC do B-DF), que na próxima semana vão intensificar o rastreamento das verbas orçamentárias utilizadas na operação desmonte. A base da pesquisa são os pagamentos feitos na última semana pelo governo federal e registrados no Sistema

de Administração Financeira Federal (Siafi), ao qual os parlamentares têm acesso.

Na pesquisa em curso, o que chama atenção dos parlamentares é a grande quantidade de ordens bancárias registradas no Siafi. Só no dia de ontem, os deputados descobriram cerca de 300 ordens. "Essa é a prova concreta de que a fatura para barrar a CPI está sendo quitada", afirmou Queiroz. Para o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), a operação de liberação de verbas de última hora

deixa evidente o descumprimento do artigo 20 da Lei Orçamentária deste ano, que proíbe a utilização de recursos federais em ações que interfiram nas atividades do Congresso.

De acordo com Mercadante, o governo cometeu crime e poderá ser responsabilizado judicialmente. Ele anunciou que os

partidos de oposição estão estudando formas legais e regimentais para enquadrar o governo em razão da desobediência da Lei Orçamentária. No caso dos deputados que te-

riam sido beneficiados com as liberações, a oposição está estudando forma de representar contra eles no Conselho de Ética do Congresso.

A CEF informou ontem que a liberação de recursos das emendas parlamentares ao Orçamento só ocorre após a análise técnica dos projetos apresentados pelos Estados e municípios, o que permite evitar a paralisação de obras e o superfaturamento. A CEF garante ainda que acompanha a execução das obras bancadas com os recursos oriundos do Orçamento da União. As verbas liberadas nos últimos dias faziam parte dos chamados "restos a pagar" do Orçamento de 1999.

**S**Ó ONTEM  
FORAM 300  
ORDENS  
BANCÁRIAS